

APRESENTAÇÃO

No início do romance *K. relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, o narrador se questiona a respeito do fato de, passados 30 anos, continuar a receber, em seu endereço, cartas destinadas à filha desaparecida pela Ditadura Militar Brasileira, e sobre quem jamais, desde o período de exceção, teve nenhuma notícia. A falta de notícias atesta a certeza do desaparecimento; certeza que não se instalara de chofre, que não resultara do processo de luto: certeza que teve que ser dolorosamente construída à revelia da história e dos documentos oficiais, que teimavam em negá-la, e que é sempre e mais uma vez negada pelas cartas que chegam pelo correio endereçadas à desaparecida. O “*alzheimer* nacional”, a que se refere o narrador e que impõe a permanência da filha no rol dos vivos, é o que a empurra em direção ao esquecimento. Na verdade, não a empurra, mas a toda uma parte da triste história do Brasil, marcada pelos crimes de tortura, desaparecimento e morte causados pelo Estado militarizado ao longo das décadas de 60, 70 e 80 do século XX.

Após os primeiros esforços realizados, ao longo da primeira década do século XX, para vencer o esquecimento coletivo a respeito dos crimes cometidos pela Ditadura Militar Brasileira - por meio da instauração da Comissão da Verdade - assistimos aterrados, nos últimos anos, a movimentos de apagamento e de negação que escancararam que ambos, apagamento e negação, não podem mais ser identificados ao sintoma de uma doença neurológica (que ocorre à revelia do paciente e contra a sua vontade), já que respondem a interesses políticos e econômicos muito objetivos de parcela da sociedade brasileira que não apenas se vale deles, como trabalha por eles, construindo-os dia após dia.

Foi pela constatação de que o esquecimento não é um sintoma, mas um projeto político e ideológico, que o Grupo de Pesquisa CNPq Literatura e Tempo Presente se lançou à tarefa de compreender como a literatura brasileira tem representado as tragédias pessoais e coletivas resultantes dos anos de chumbo, no Brasil, a partir de um olhar do hoje que investiga não apenas o passado, mas também as representações que dele foram feitas ao longo das últimas décadas. Durante o segundo semestre de 2019, sucessivos eventos promovidos pelo Grupo na Universidade Federal de São Carlos - curso de extensão, disciplina de pós-graduação, exposição de acervo jornalístico, ciclo de cinema e colóquio - perscrutaram como diferentes expressões culturais, sobretudo a literatura, têm lidado com o dever histórico da memória sobre a tortura, sobre as mortes, sobre a supressão das liberdades políticas e individuais que deixaram marcas no Brasil que hoje conhecemos. Marcas tão profundas e visíveis que nos interpelam diariamente: a quem e por quê interessa esquecer e negar?

Este dossiê encerra esse ciclo de eventos, iniciado em 2019, reunindo análises sobre a literatura brasileira contemporânea que tematiza a Ditadura Militar de 1964. As obras que são chamadas à luz para a reflexão e as próprias análises realizadas por pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa de diferentes regiões do país evidenciam que a memória é uma forma de resistência e a superação do triste legado da Ditadura, longe de ser alcançada pelo apagamento e pela negação, deve ser construída ativamente e coletivamente pela parcela da sociedade comprometida com a construção de um país mais justo, igualitário e democrático.

O primeiro artigo deste dossiê, de autoria de Arnaldo Franco Júnior, dedica-se a discutir a obra *1º de abril, histórias para a História*, de Mário Lago. Escrita em 1964, no calor da hora, revela, a partir de sua complexidade formal e da mistura de gêneros textuais, o quanto a apreensão do que, à época, estava por vir, era desafiadora para os escritores que testemunhavam o sequestro dos direitos civis e da democracia. A análise proposta evidencia o interesse tanto literário quanto histórico da obra de Mário Lago, identificando a utopia possível, naquele momento, na coletividade e no companheirismo. Não é sem um travo amargo que relemos o livro de Mário Lago, hoje, diante das investidas negacionistas mais recentes. Conhecer aquela utopia possível talvez seja uma missão para aqueles que, no presente, lutam contra o apagamento da História.

O segundo artigo, de autoria de Evelyn Mello e intitulado “Literatura, feminismo e ditadura: possíveis caminhos da crítica literária para uma leitura de obras escritas por mulheres no período do regime militar brasileiro”, propõe um levantamento exaustivo da crítica a respeito do romance que tematiza a ditadura militar brasileira e defende que o olhar crítico pouco levou em consideração as especificidades estéticas e éticas da autoria feminina no interior de uma sociedade militarizada. Diante disso, a proposta da autora é a de retomar os romances escritos por mulheres, ao longo do período da Ditadura, a partir de uma perspectiva da crítica feminista, para, enfim, revelar esses aspectos que ainda não foram iluminados pelos estudos consagrados a respeito do assunto.

O terceiro artigo, “Um lampião ilumina as esquinas da rua”, de Ricardo Afonso-Rocha, propõe a discussão a respeito da coluna literária publicada no jornal homossexual *Lampião da esquina*, sediado no Rio de Janeiro e em São Paulo e que circulou entre 1978 e 1981. A proposta do autor é evidenciar de que maneira a coluna literária se contrapunha às representações cis heteronormativas e como, ao fazê-lo, o jornal assumiu importante papel na resistência à opressão sexual vigente durante o regime militar.

O artigo “O passado entrelaçado ao presente: ecos do silêncio que vem do Araguaia”, de Janaína Buchweitz e Silva, propõe uma análise do texto testemunhal *Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia*, publicado em 2012 e de autoria de Liniane Brum. No artigo, o testemunho é lido como resistência ao silenciamento

a respeito do tema Ditadura Militar, no Brasil, e analisado à luz do conceito psicanalítico de melancolia.

Em “*K. relato de uma busca e a recordação impossível da morte*”, Amanda Mendes Casal Pinheiro debruça-se sobre o romance de Bernardo Kucinski, propondo uma leitura que faz dialogar o passado histórico com fatos recentes da política brasileira, evidenciando como o processo de narração é crucial para atar as pontas (que tantos insistem em manter soltas) da recente história do Brasil.

Manoelle Gabrielle Guerra propõe uma análise do romance *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado, no artigo “Uma memória feita de sombras: a experiência da ditadura em *Tropical sol da liberdade*”. A proposta da autora é observar de que modo se dá a representação do regime militar quando este é tomado a partir da perspectiva íntima, da família, investigando a construção dessa intimidade na relação que se estabelece entre mãe e filha, personagens principais do romance.

O artigo de Júlia de Mello, intitulado “Da crise da representação à reconsideração da mímesis: refrações da ditadura militar em *Zero e A festa*” propõe a análise dos romances de Ignácio de Loyola Brandão e Ivan Ângelo, mobilizando as proposições teóricas de Luiz Costa Lima sobre a reconsideração da mímesis e de Tânia Pellegrini sobre a crise da representação. É a partir dessa perspectiva teórica e da análise dos romances que a autora propõe uma revisão da crítica que sobre eles se debruçou, chamando a atenção para o fato de que a sua atualidade reside no alcance dos temas que abordam, não exclusivos do contexto sócio-histórico em que foram gestados e publicados.

Fechando o dossiê, Gisele Novaes Frighetto conduz uma entrevista com o escritor Joca Reiners Terron, autor do romance *Noite dentro da noite, uma autobiografia*, publicado em 2017 e que, em intricado enredo, faz convergir passado e presente, história, ficção e biografia. Ao longo da entrevista, os interlocutores refletem a respeito dos ecos do regime militar que estão presentes, ainda hoje, na sociedade brasileira, bem como sobre o modo como os fatos daquele período atingiram, direta ou indiretamente o escritor. Além disso, discutem as opções formais que tornam possível a representação desse passado insepulto que tantos querem apagado.

Este volume traz, ainda, dois artigos em sua seção “Vária”. O texto “O imaginário revolucionário dos anos 1960 em *Tigre en papier*, de Olivier Rolin, e em *A casa*, de Pepetela”, de autoria de Pablo Emanuel Romero Almada, propõe uma análise comparada das obras, observando o deslocamento do imaginário revolucionário dos anos 60, da Europa em direção aos países do sul global. Por fim, o ensaio “Vá para fora cá dentro – Camilo em tempos de crise”, de André Corrêa de Sá, problematiza a representação feita por Camilo Castelo Branco do movimento migratório empreendido por aqueles que ficaram conhecidos como “brasileiros

torna-viagem”, uma vez que funciona como uma espécie de caricaturização que esvazia a importância desse movimento.

O dossiê temático *1964 e suas representações* marca a publicação do quinquagésimo número da *Itinerários - Revista de literatura*, periódico do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. A comemoração, aqui, é marcada pelo gosto amargo do passado que é revisitado pelos artigos da seção temática, ao mesmo tempo em que coloca em evidência não a atualidade do tema - o que seria circunscrever a violência e a opressão de Estado em outro tempo - mas a manutenção, na urdidura de cada dia com sucessivos desmandos insondáveis, de um passado diante do qual a frágil democracia do presente parece se esfacelar. Indigesto também é o contexto em que a *Itinerários* dá mostra de sua força: o desmonte da universidade pública por governos federal e estaduais, o rebaixamento das Humanidades e a tentativa de supressão de sua atuação na esfera da produção científica - que Barthes imaginara como uma situação de barbárie em aula ministrada nos anos 70 -, a situação de paroxismo a que se tem levado a demonização do ensino formal enquanto cresce a cultura das *fake news* e de um negacionismo sustentado pela superficialidade da impressão em favor da negação do pensamento.

Nesse estado de coisas, a publicação do número 50 de um periódico cujo principal critério de qualidade é o rigor científico impõe, assim, que se celebre a ocasião em estado de alerta. O Grupo de Pesquisa Literatura e Tempo Presente entrega, com este dossiê temático, o fechamento de um conjunto de trabalhos com realizações que se estenderam por mais de um ano e, agora, articulam duas universidades públicas - UFSCar e UNESP - em torno da crítica resistente que se compromete com o passado na medida em que o quer revelado e problematizado pelo pensamento crítico, pela fala consciente e aberta ao diálogo contínuo para que, por meio de sua persistência, esse passado não seja esquecido.

“O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar.” Assim K. marca o apagamento da história e a manutenção de um não saber que se estende por diversos atores - daqueles que não sabem porque, indiferentes, não se interessam àqueles que não sabem porque interessa a alguém que assim o seja. Os pesquisadores reunidos neste volume, assim como aqueles que, no interior do Grupo de Pesquisa, fizeram de *1964 e suas representações* evento, curso, relato e pensamento crítico, persistem sob a ameaça da negação oficial de seu trabalho para que Ana, irmã de Bernardo Kucinski e filha do narrador do romance, além de tantos outros nomes que circulam sob o silêncio, se tornem história contada e reconhecida.

Juliana Santini
Rejane C. Rocha
Sara Brandellero